

INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Osmar Vieira dos Santos Junior¹

Aline Teixeira dos Santos²

Luciene Leandro Gomes³

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo geral de discutir os mecanismos de inclusão das crianças com TEA na Educação Infantil. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa, de dispositivos legais, livros e artigos científicos. Após a análise das publicações, os resultados demonstram a necessidade de desenvolver ações de formação continuada com os profissionais de educação e investir na estrutura escolar, de modo a programar as instituições de educação infantil para a inclusão e desenvolvimento das crianças com TEA. Convém a publicação de novos estudos que subsidiem o trabalho dos professores, contribuindo com práticas educativas mais assertivas que assegurem a inclusão desenvolvimento e bem-estar destas crianças. A análise permitiu compreender que, para que se efetive as políticas e práticas que se destinam à inclusão, a sociedade - mais especificamente os educadores - precisam de formação continuada, assim como as unidades de educação infantil necessitam de infraestrutura para assegurar a qualidade da educação inclusiva proposta.

Palavras-chave: Inclusão. Educação Infantil. Transtorno do Espectro Autista.

INCLUSION AND DEVELOPMENT OF CHILDREN WITH AUTISTIC SPECTRUM DISORDER (ASD) IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

ABSTRACT

This article has the general objective of discussing the mechanisms of inclusion of children with ASD in Early Childhood Education. Therefore, a bibliographical and documental research was carried out, with a qualitative approach, legal provisions, books and scientific articles. After analyzing the publications, the results demonstrate the need to develop continuing education actions with

¹ Mestre em Educação Matemática pela Unigranrio. Graduando de Pedagogia pela UERJ- Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. Orcid 0000-0002-9726-3127, e-mail: osmarvieira@live.com

² Formada em *Geografia pela Faculdade de Educação da Baixada Fluminense-UERJ e ensino médio na modalidade normal*. Professora de Educação Infantil na rede municipal de Niterói. Orcid 0000-0003-4206-3467, E-mail: alineteixeira_2006@hotmail.com

³ Graduada em pedagogia, pós-graduada em psicopedagogia e tenho curso técnico em secretaria escolar, recentemente o curso de mediadora Escolar. Orcid 0000-0002-2544-771X , E-mail: lucieneleandro76@gmail.com

education professionals and invest in the school structure, in order to program early childhood education institutions for the inclusion and development of children with ASD. It is important to publish new studies that support the work of teachers, contributing to more assertive educational practices that ensure the inclusion, development and well-being of these children. The analysis allowed us to understand that, in order for the policies and practices aimed at inclusion to take effect, society - more specifically the educators - needs continuing education, just as early childhood education units need infrastructure to ensure the quality of inclusive education proposal.

Keywords: Inclusion. Early Childhood Education. Autism Spectrum Disorder.

INCLUSIÓN Y DESARROLLO DE NIÑOS CON TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA (TEA) EN LA EDUCACIÓN DE LA PRIMERA INFANCIA

RESÚMEN

Este artículo tiene como objetivo general discutir los mecanismos de inclusión de los niños con TEA en la Educación Infantil. Para ello, se realizó una investigación bibliográfica y documental, con enfoque cualitativo, disposiciones legales, libros y artículos científicos. Luego de analizar las publicaciones, los resultados evidencian la necesidad de desarrollar acciones de educación continua con profesionales de la educación e invertir en la estructura escolar, con el fin de programar las instituciones de educación infantil para la inclusión y el desarrollo de los niños con TEA. Es importante publicar nuevos estudios que apoyen la labor de los docentes, contribuyendo a prácticas educativas más asertivas que aseguren la inclusión, el desarrollo y el bienestar de estos niños. El análisis permitió comprender que para que las políticas y prácticas orientadas a la inclusión surtan efecto, la sociedad - más específicamente los educadores - necesita educación continua, así como las unidades de educación infantil necesitan infraestructura para asegurar la calidad de la propuesta de educación inclusiva.

Palabras clave: inclusión. Educación Infantil. Trastorno del espectro autista.

INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda os aspectos referentes ao desenvolvimento das crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), salientando a sua inclusão na Educação Infantil. A Organização das Nações Unidas (ONU) define o TEA como uma condição neurológica que se manifesta na primeira infância e se estende por toda a vida (ONU, 2018).

Dentre as restrições que estes sujeitos enfrentam, observa-se com atenção aquelas ligadas ao contexto da socialização. No caso da TEA, as pessoas que apresentam tal transtorno podem sofrer um conjunto de preconceitos oriundos tanto da intolerância daqueles que não aceitam as pessoas que tem essa condição neurológica, quanto daquelas que, por falta de informação e conhecimento, não sabem como lidar com os portadores desse transtorno (ONU, 2018).

Da mesma maneira, crianças, adolescentes ou adultos com TEA, advindos de classes mais empobrecidas, podem ter as oportunidades de trabalho e socialização limitadas, não só pela condição imposta pelo transtorno, mas também pela situação econômica. Nessa perspectiva, há uma discriminação para além do acesso às escolas ou universidades; está presente na desigualdade do ensino oferecido, quanto à qualidade e ao tratamento dado aos alunos de diferentes classes. Compreende-se que a desigualdade econômica é reforçada pela desigualdade escolar, já que a dificuldade de acesso e permanência impõe aos sujeitos uma luta pela continuidade nos estudos ou a desistência (SILVA, 2009).

Dessa forma, convém compreender os fatores condicionantes associados à exclusão/inclusão das crianças com TEA na Educação Infantil e que dificultam a garantia dos direitos desses sujeitos. O fato de haver um diagnóstico crescente para TEA, já demonstra a necessidade de se discutir o papel das políticas públicas voltadas para esse grupo social, em especial, aquelas que forneçam condições de inclusão social nas mais variadas atividades da vida, trabalho, cultura, lazer, saúde e, em especial, no âmbito educacional. É neste sentido que o presente artigo analisará a relação entre as políticas públicas e o

processo de inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil.

De acordo com dados elencados *pelo Center of Diseases Control and Prevention* (CDC), órgão do governo dos Estados Unidos, no mundo uma em cada 110 pessoas é diagnosticada com TEA. Ao analisar esses dados, estima-se que há no Brasil, em torno de dois milhões de autistas (OLIVEIRA, 2018).

As escolas, em geral, não estão preparadas para receber esses sujeitos, tornando-se locais de exclusão. As pessoas com necessidades especiais não se sentem adaptadas, uma vez que o ambiente a estrutura física e pedagógica não são devidamente modificados para atendê-las (SILVA, 2009).

Desta maneira, percebe-se a relevância em levar esse tema para o rol da discussão no contexto da Educação Infantil, sendo necessário pensar em meios para que as crianças com TEA tenham possibilidades de se desenvolver e garantir seus direitos constitucionais como o direito à educação (BONADIO; MORI, 2013). Diante do exposto, questiona-se: quais as possibilidades de inclusão e desenvolvimento das crianças com TEA na Educação Infantil?

Com o intuito de responder tal questionamento, o presente estudo delinea-se com o objetivo geral de discutir os mecanismos de inclusão das crianças com TEA na Educação Infantil. Objetiva-se especificamente: descrever as políticas públicas voltadas para a inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil; e analisar os benefícios da inclusão das crianças com TEA na Educação Infantil para o seu desenvolvimento.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do artigo optou-se por uma revisão bibliográfica, do tipo descritivo, de abordagem qualitativa. Este tipo de estudo, de acordo com Bastos (2007), permite um contato com o conteúdo a partir da percepção de autores diversos, dando uma amplitude maior à visão do pesquisador.

Para a busca das informações, foram coletados dados em revistas científicas disponíveis online, em livros e bases de dados, tais como Pubmed e Scielo, além de dispositivos legais. A busca foi realizada a partir das palavras-

chave: Inclusão, Transtorno do Espectro Autista, Autismo e Educação Infantil, isoladamente e/ou combinadas.

Foram estabelecidos como critérios de busca: artigos disponíveis na íntegra, em língua portuguesa e que respondessem diretamente o problema da pesquisa. Foram excluídas as publicações indisponíveis, duplicadas em mais de uma base de dados, editoriais e projetos. Após a seleção foi realizada uma análise crítica e reflexiva das informações contidas nos achados, evidenciando as concordâncias e possíveis discordâncias entre os autores, tendo como elemento norteador o alcance dos objetivos da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O TEA

O termo autismo foi criado em 1908 pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler e descreve a fuga da realidade para um alheamento do mundo cotidiano, para outro mundo, fato que é observado em pacientes esquizofrênicos. Em 1943 o psiquiatra Leo Kanner (1906-1980) publicou a obra “Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo”, onde descreveu onze casos de crianças caracterizados por “um isolamento excessivo na fase inicial da vida e uma tendência obsessiva pela manutenção de mesmices” (SOUZA, 2011).

Kanner cunhou o termo “autismo infantil precoce”, porque observou sintomas já evidentes desde a primeira infância, frisando que essas crianças já apresentavam maneirismos motores e aspectos não habituais na comunicação como a inversão de pronomes e tendência à repetição, com uma capacidade de memória expressiva e talento para classificar, enumerar, ordenar, organizar ou memorizar (SOUZA, 2011). Tal caracterização destaca-se por evidenciar similaridades entre as pessoas com o Transtorno, contribuindo com a aproximação com o universo do TEA. A partir de daí esses aspectos convidaram educadores, pais e familiares, além de médicos e especialistas, a pensar em meios para o desenvolvimento cognitivo e a inclusão das crianças com este distúrbio.

Em 1944 Hans Asperger escreveu o artigo “A psicopatia autista na infância”, onde destacou a incidência em meninos. Neste texto, Asperger

registrou que os portadores apresentavam falta de empatia, ausência de capacidade para fazer amizades, diálogo unilateral, atenção intensa e movimentos sem coordenação. São crianças muitas vezes chamadas de pequenos mestres, isso devido à capacidade de falar sobre temas específicos detalhadamente. Esse trabalho foi publicado em alemão na época da Segunda Grande Guerra, quando recebeu pouca atenção. Somente em 1980, quando as pesquisas se debruçam sobre esta enfermidade, é que estes estudos passaram a ser destacados, e Asperger passou a ser considerado o precursor do entendimento, classificação e definição da doença (DIAS, 2015).

A Síndrome do Espectro Autista foi enfaticamente estudada pelas famílias de [Lorna Wing](#) e Sir Michael Rutter. A maioria desses estudos foi publicada no final dos anos 1970 e começo de 1980. Nesta última década foram intensificadas as pesquisas, lançando luz sobre o TEA e as possibilidades de inclusão. Nesses artigos foram explicitados os chamados “probantes autistas”, ao descrever um tipo de carga genética do autismo em determinadas famílias, resultando na presença de versões do distúrbio entre membros de um mesmo grupo familiar.

Ainda em 1980 o autismo foi oficialmente reconhecido como doença mental pela Associação Americana de Psiquiatria (AAP), na publicação do DSM-III. Mas somente em 1994, com a publicação do DSM-IV, é que o passou a ser denominado Transtornos do Espectro Autista (TEA). Pode também ser chamado de Transtornos Generalizados do Desenvolvimento TGD, classificados em: Autismo clássico de Kanner; Síndrome de Asperger; Transtorno de Rett; Distúrbios ou Transtornos Generalizados do Desenvolvimento sem Outra Especificação TGD-NE; e Transtorno Desintegrativo Infantil (CDD)⁴ (SEJAS, 2017).

Em maio de 2013, com o DSM-V, foram inseridas novas alterações, que remetem a novos protocolos de diagnóstico e redefinição da doença, sendo excluída da classificação de TEA, a Síndrome de Rett. O diagnóstico da Síndrome de Asperger, um dos mais funcionais inseridos no espectro autista, foi retirado; e o termo médico agora é “Transtorno do Espectro Autista de nível 1,

⁴ Sigla referente à descrição em inglês: *Disintegrative Child Disorder*

sem apresentar perdas intelectuais ou verbais”. Assim, o DSM-V, classificou o autismo TEA em três níveis - com uma variação do mais leve (nível 1) ao mais severo (nível 3) - sendo o mais severo caracterizado como autismo clássico de Kanner (APA, 2014).

De acordo com Guedes e Tada (2015), as vertentes científicas e muitas vezes contraditórias entre si que se organizam numa complexa conjuntura onde o autismo se insere, contribuem para que muitos problemas relativos ao tema continuem na obscuridade. Diversas políticas vêm sendo desenvolvidas. O documento legal que atende mais precisamente aos direitos das pessoas com TEA, é a Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (BRASIL, 2012). É também conhecida como Lei Berenice Piana, em homenagem à mãe de uma criança com TEA, que apresentou a proposta da criação de uma legislação específica (VALENTE, 2017).

A INCLUSÃO DE PESSOAS COM TEA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO

No contexto da educação, o marco inicial do desenvolvimento de Políticas Públicas em educação inclusiva no Brasil foi em 1990, quando foi firmado um acordo por meio da Declaração Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia. Em seguida, em 1994, na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais especiais: acesso e qualidade, realizada em Salamanca - Espanha, o Brasil assumiu a responsabilidade de criar um programa de educação inclusiva (ROCHA; MIRANDA, 2009).

Desde então, diversos dispositivos legislam a favor de uma educação inclusiva, tendo em vista a redução das desigualdades e a equidade entre os sujeitos sociais. A Lei Berenice Piana revela-se de suma importância, pois incluiu as pessoas com TEA em leis específicas de pessoas portadoras de deficiência, a saber o [Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/15](#) e nas normas internacionais assinadas pelo Brasil, como a [Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - Lei nº 6.949/2000](#).

Em 1994, o MEC sancionou a Portaria N.º 1.793/94, que reconhece os conteúdos referentes às pessoas portadoras de necessidades especiais, recomendado a inclusão de saberes relativos à ética, política e educação quanto à integração no currículo de formação docente, visando preparar os educadores para receber esses sujeitos nas escolas regulares de ensino, atendendo às suas necessidades educacionais específicas.

CAMINHOS DE INCLUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Destaca-se como instrumento legislativo, a Lei Nº 7.612/2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado. A partir deste dispositivo legal, torna-se obrigatória a inclusão das pessoas com necessidades especiais à educação escolar, adequada e especializada.

Refletindo sobre o processo de inclusão e permanência escolar, como é possível promover o desenvolvimento das crianças com TEA, no contexto da Educação Infantil? Adaptar o currículo aos alunos com necessidades especiais consiste em rever os critérios de uma planificação pedagógica e das ações docentes, considerando o que os alunos irão aprender, como e quando vão aprender, bem como as estratégias de ensino e de avaliação necessárias a cada aluno, dentro das suas especificidades (OLIVEIRA, 2018).

A Lei n. 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), determina o desenvolvimento de um sistema educacional objetivando os princípios da democracia, da proteção aos direitos sociais, individuais e subjetivos, o direito à equidade na educação, como forma de redução das desigualdades proteção da dignidade humana (BRASIL, 1996).

Na prática educativa, as ações atualmente reconhecidas para as pessoas com TEA agem sob uma ótica comportamental, montadas a partir dos sintomas (ORRÚ, 2014). Entretanto, é observada, a partir de um enfoque histórico-cultural, a educação tornada um processo de aprendizagem que impulsiona o desenvolvimento humano.

A educação escolar tem o papel de transmitir o conhecimento cultural da humanidade sistematicamente, conceituando-o formalmente. Em relação à pessoa com necessidades especiais isso é realizado através de situações dialógicas com valor cultural, não focando na deficiência, de forma que o aluno se aproprie do saber.

O processo de exclusão social e escolar das crianças com TEA advém, em parte da ausência um trabalho multidisciplinar de formação dos profissionais de educação, capaz de fazê-los compreender estas pessoas com um ser “bio-sociopsico-histórico-cultural” (ÓRRU, 2014, p. 1). O estigma de incapacidade e inabilidade impresso ao longo da história, sobre as pessoas com necessidades especiais é fator determinante para a ausência de uma prática educativa que implique mais nas estratégias de superação das dificuldades encontradas do que nos aspectos sintomáticos da doença.

Mantoan (2011) na abordagem das questões pertinentes às diferenças na escola chama atenção para o processo lento de torná-la inclusiva de forma efetiva. Explicita a resistência dos educadores, gestores e poder público em criar meios que vão além dos textos legislativos e que se concretizem no cotidiano da relação professor-aluno-família. Sendo assim o processo de uma educação inclusiva tem ocorrido paulatinamente, avançando no ingresso dos alunos com TEA no universo escolar, porém ainda falta muito para que eles consigam permanecer, aprender e concluir os estudos.

De acordo com Duarte et al. (2013), ao tornar o espaço educativo inclusivo, não só as pessoas com deficiência ganham, mas todos os sujeitos envolvidos pois cria-se um ambiente de convivência onde a relação entre as pessoas, com todas as suas diferenças, favorece a formação de uma humanidade contemporânea. Consequentemente todos se desenvolvem, fortalecendo a ética, o respeito à diversidade e a compreensão dos conceitos de justiça e direito.

A Escola de Educação Infantil inclusiva, recebe os alunos com TEA de modo inclusivo, o que implica em uma prática educativa fomentada pelo respeito ao outro e pela compreensão da necessidade de conviver. Nesse aspecto, professores e alunos ensinam e aprendem em conjunto, pois todos têm

histórias de vida, aprendizados anteriores e pessoais, uma forma específica de ver o mundo, as relações e a si mesmos - tudo isso se complementa e impulsiona os sujeitos a se desenvolverem, inseridos nos contextos sociais.

A formação dos professores em educação especial ainda é algo pontual e de pouco interesse. Poucos profissionais realizam os cursos de formação de maneira independente, como um plano de carreira individual. Dessa forma, a inclusão das pessoas com necessidades especiais em escolas regulares ainda ocorre com uma grande defasagem de professores devidamente preparados. As próprias escolas, em maioria, não estão estruturadas para receber estes alunos. Tal cenário exige das instituições de ensino e do poder público ações de formação continuada e de estruturação do espaço educativo.

Para a educação escolar de crianças com TEA, diversos programas e modelos pedagógicos têm sido desenvolvidos. Entre eles, pode-se citar o Programa TEACCH - (*Treatment and Education of Autistic and Related Communication Handicapped Children*) e o Currículo Funcional Natural (CFN). O Programa TEACCH tem como base o desenvolvimento de habilidades e métodos avaliativos contínuos, compreensão dos significados e participação ativa dos familiares. O Programa também inclui o ensino por meio de “informações visuais, rotinas e previsibilidade, ensino individualizado e ensino de habilidades, em ambientes naturais e com materiais variados” (GIARDINETTO; LOURENÇO; CAPELLINI, 2013, p. 388).

O Programa CFN também compreende o ensino de habilidades em ambientes naturais, de convívio das crianças com TEA, mas amplia seu objetivo ao promover a independência, a criatividade e autonomia na interação interpessoal e com os objetos (GIARDINETTO; LOURENÇO; CAPELLINI, 2013).

Diversas orientações para o trabalho pedagógico contribuem para a compreensão do professor a respeito dos sinais de aproximação, atenção, necessidade de distanciamento e relação com o meio identificados nas crianças com TEA, onde atividades diversas com uma proposta visual e cinestésica podem ser realizadas. Entretanto é preciso identificar estes sinais e saber como conduzir a relação na escola para que estas crianças se sintam bem e consigam desenvolver-se.

O uso de pranchas com figuras ou objetos reais, fixadas na parede, ou no caderno, elaboradas individualmente é um recurso importante, que pode ser aplicado na escola, tanto para as crianças de inclusão quanto para as demais. A utilização de crachás de identificação também desperta atenção das crianças, além de contribuir com a percepção sobre a relação significativa e significado; objeto e forma, pessoas e objetos (GUIMARÃES et al., 2016; FERREIRA, 2017).

Outras orientações remetem ao uso de atividades simbólicas e de imaginação que promovam a concentração e atenção, com o cuidado para a adaptação destas atividades, quanto à necessidade de redução do tempo de aplicação, fazer demonstrações, utilizar figuras e objetos de apoio e utilizar caixas de linhas de conduta (GUIMARÃES et al., 2016).

Uchôa (2015) e Ferreira (2017) explicam que no âmbito da Educação Infantil, o diagnóstico é algo mais complicado, por se tratar das crianças que ainda se encontram nos primeiros anos de vida. Tão logo diagnosticada a TEA, é necessário direcionar a atenção para um trabalho educativo específico com estas crianças, juntamente com os familiares, não se tratando somente de inserir na sala de aula, mas de promover os meios necessários para a melhoria do aprendizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se uma dificuldade das escolas brasileiras em efetivar a inclusão de crianças com Necessidades Educacionais Especiais e, em particular, aquelas com TEA. Os obstáculos são multifatoriais, pois englobam preconceito, falta de conhecimento e formação profissional inadequada, além da estrutura e funcionamento inadequado das escolas.

É preciso avançar em ações para a inclusão de crianças com TEA. Para tanto, convém maior investimento, tanto na formação profissional quanto na disponibilização de recursos. Para que se efetive esta inclusão, a sociedade - mais especificamente os educadores - podem contribuir com a socialização, formação e desenvolvimento destas crianças.

Durante a pesquisa foi possível observar que há poucas publicações referentes ao desenvolvimento da criança com TEA na Educação Infantil. Isto nos leva a refletir sobre a necessidade do desenvolvimento de novos estudos que auxiliem as práticas educativas, estabelecendo novos caminhos de inclusão para efetivar o aprendizado, a interação social e o bem-estar destas crianças.

REFERÊNCIAS

- APA. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5*. [Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento et al.; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli et al.]. American Psychiatric Association. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- BASTOS, Núbia M. Garcia. *Introdução à Metodologia do trabalho acadêmico*. Fortaleza: Nacional, 2007.
- BONADIO, R.A.A.; MORI, N.N.R. *Transtorno de déficit de atenção/ hiperatividade: diagnóstico da prática pedagógica* [online]. Maringá: Eduem, 2013, 251 p. ISBN 978-85-7628-657-8.
- BRASIL. Lei 12.764/2012, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3o do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 27 de dez. de 2012.
- BRASIL. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: *DOU* de 23.12.1996
- BRASIL. Decreto Nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. *DOU* de 18 nov. 2011.
- DIAS, Sandra. Asperger e sua síndrome em 1944 e na atualidade. *Rev. latinoam. psicopatol. fundam.*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 307-313, Jun. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142015000200307&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 jul. 2020
- DUARTE, Emerson Rodrigues et al. Estudo de caso sobre a inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v. 19, n.2, p. 289-300, Abr.-Jun., 2013.
- FERREIRA, Roberta Flávia Alves. *Inclusão de crianças com transtorno do espectro autista na educação infantil: o desafio da formação de professoras*.

Dissertação - (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Orientadora: Mônica Correia Baptista. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2017.

GIARDINETTO, Andréa R. dos S. Boettger; LOURENÇO, Ana Carla; CAPELLINI, Vera Lucia M. Fialho. O professor da Educação Especial e o processo de ensino-aprendizagem de alunos com autismo. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, p. 385-400, jun. 2013. ISSN 1984-686X. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5833>. Acesso em: 02 jul. 2020.

GUEDES, Nelzira Prestes da Silva; TADA, Iracema Neno Cecilio. A Produção Científica Brasileira sobre Autismo na Psicologia e na Educação. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, v. 31, n. 3, p. 303-309, Set. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722015000300303&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 jul. 2020.

GUIMARÃES, Ana Lídia Felipe et al. *Orientações para promover a aprendizagem do aluno com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) na sala de aula e na escola*. Orientações sobre a inclusão do aluno com Transtornos Globais do Desenvolvimento. Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. 2016.

MANTOAN, M, T, E. (Org.). *O desafio das diferenças nas escolas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

OLIVEIRA, Carolina. Um retrato do autismo no Brasil. *Rev Espaço Aberto*. Universidade de São Paulo - USP, n. 170, abr. 2018. Disponível em: <http://www.usp.br/espacoaberto/?materia=um-retrato-do-autismo-no-brasil>. Acesso em: 02 jul. 2020.

ONU. Organização das Nações Unidas. Chefe da ONU pede empoderamento de mulheres e meninas com autismo. *ONUBR*. 04 abr. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/chefe-da-onu-pede-empoderamento-de-mulheres-e-meninas-com-autismo/>. Acesso em: 02 jul. 2020.

ORRÚ, Sílvia Ester. A formação de professores e a educação de autistas. *OEI-Revista Iberoamericana de Educación*, n. 7, 2014. (ISSN: 1681-5653). Disponível em: <http://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp-content/uploads/2014/07/FORMAÇÃO-DE-PROFESSORES-PARA-A-EDUCAÇÃO-DE-AUTISTAS.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2020.

ROCHA, Telma Brito; MIRANDA, Therezinha Guimarães. A inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior. In: BORDAS, Miguel; DÍAZ, Félix; GALVÃO, Nelma (orgs.). *Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 27-37.

SEJAS, Enoc. Autismo: história e classificação do Transtorno do Espectro Autista. *ALCP - Autismo - Consejos Prácticos*. Mar. 2017. Disponível em: <https://autismoconsejospracticos.com/historia-do-autismo/>. Acesso em: 02 jul. 2020.

SILVA, Maria do Carmo Bezerra de Lima; Brotherhood, Rachel de Maya. *Autismo e inclusão: da teoria à prática*. Encontro Internacional de Produção Científica Cesumar. Maringá, Paraná. 2009.

SOUZA, Luciana Castilho de. Considerações psicanalíticas sobre o tratamento do outro no autismo. *Estilos clin.*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 52-65, jun. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415--71282011000100004&lng=pt&nrm=is. Acesso em: 02 jul. 2020.

UCHÔA, Yasmim Figueiredo. *A criança autista na educação infantil [manuscrito]: desafios e possibilidades na educação inclusiva*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia). Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2015.

VALENTE, Nara Luiza. *A Lei 12.764/2012: uma análise da proteção jurídica ao autista*. II Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos. Londrina PR, de 04 a 07 de Julho de 2017.